

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.900 - RJ (2018/0207133-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : MARTIN AFONSO DE SOUSA BUENO
ADVOGADOS : MAURÍCIO SILVA LEITE - SP164483
PAOLA MARTINS FORZENIGO - SP330827
GUILHERME PINHEIRO AMARAL - SP329761
ALEXANDRE SINIGALLIA PINTO
LAIS SABOIA DE ALMEIDA - SP375497
MARCELA VIEIRA DA SILVA - SP406910
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PETIÇÃO EM RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ANÁLISE NO TRIBUNAL LOCAL SOBRE O PEDIDO FEITO EM SEDE DE *HABEAS CORPUS*. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO SINGULAR A RESPEITO DA TESE DEFENSIVA APRESENTADA NA COMPLEMENTAÇÃO À RESPOSTA À ACUSAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO E RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL ESTADUAL.

Petição recebida como agravo regimental, a que se dá provimento, a fim de reconsiderar a decisão, nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de petição formulada por **Martin Afonso de Sousa Bueno**, em face de decisão de minha relatoria que negou provimento ao recurso em *habeas corpus*. Esta, a ementa da decisão (fl. 235):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DENÚNCIA QUE APRESENTA FATOS CONCRETOS. ÚNICO ADMINISTRADOR E RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. DEMONSTRAÇÃO EFETIVA DO FATO DELITUOSO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

Alega o peticionário que a decisão deve ser anulada, por não ter abordado a matéria posta no recurso, mas, sim, questão diversa, não suscitada pelo recorrente. Sustenta que, em momento algum, falou sobre inépcia da denúncia e que também não requereu o trancamento da ação penal. Aduz que este Relator foi levado a erro pela instância ordinária, **que não analisou se válida ou não a decisão que rejeitou os tópicos trazidos na defesa preliminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a reconsideração da decisão.

É o relatório.

Recebo esta petição como agravo regimental, por ter sido apresentada dentro do prazo recursal. Razão assiste ao requerente, ora agravante.

Com efeito, verifica-se dos autos que, após a manifestação da Defensoria Pública, em resposta à acusação, o ora agravante contratou advogados para apresentarem uma complementação à resposta à acusação, nos termos do art. 396-A do Código de Processo Penal, por entender que existiam pontos relevantes da defesa que logo levariam à rejeição da denúncia, quais sejam (fl. 156):

[...]

Inexistência de substrato probatório mínimo para prosseguimento da ação penal em razão da ausência de cópia do procedimento administrativo-fiscal.

Rejeição da denúncia por falta de justa causa (art. 395, III, CPP);

Nulidade em razão do vilipêndio aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal - Impossibilidade de inquirição dos Fiscais arrolados como testemunhas pelo órgão acusatório sem a cópia do procedimento administrativo fiscal. Pedido subsidiário de disponibilização às partes;

Patente inépcia da denúncia pela ausência de individualizar não de condutas e ausência de descrição acerca do elemento subjetivo do injusto - vedada utilização de responsabilização objetiva. Rejeição da denúncia (art. 395, I, CPP);

Ausência de justa causa em razão da responsabilização objetiva de MARTIN, sem supedâneo concreto e comprovação do *animus*. Rejeição da denúncia (art. 395, III, CPP);

Rejeição da causa de aumento prevista no artigo 12 da Lei 8.137/90, pois, além da vagueza do instituto, evidenciou-se a nítida tentativa do Ministério Público de induzir a erro o d. Juízo da 43ª Vara Criminal ao incluir no cálculo valor de Autos de Infração cujo arquivamento havia anteriormente requerido, bem assim a inexistência de lesão especial ao bem jurídico.

[...]

Conforme verificado, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal, alegando que essas teses não foram analisadas pelo Juízo de primeiro grau, no entanto, a Corte local denegou a ordem de *habeas corpus*, apenas afirmando que inexistia inépcia da denúncia e que devido o prosseguimento da ação penal.

Ora, a defesa não apontou inépcia da denúncia, mas, sim, requereu que o Juízo singular apresentasse fundamentação concreta a respeito das alegações feitas na complementação de resposta à acusação. Houve grave prejuízo à defesa, visto que foram

Superior Tribunal de Justiça

apontadas questões que merecem ser verificadas, como a suposta ausência de cópia do procedimento administrativo-fiscal e a suposta inclusão no cálculo, por parte do Ministério Público, de valor de infração, cujo arquivamento havia anteriormente requerido. Essas questões não dizem respeito ao mérito, como afirmou a Corte local, mas a assuntos relacionados à existência de idôneo fundamento para o recebimento da denúncia.

Ante o exposto, **recebo** a petição como agravo regimental, ao qual **dou provimento**, a fim de reconsiderar a decisão de fls. 235/239 e, consequentemente, **dar provimento** ao recurso em *habeas corpus* para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e para que a Sétima Câmara Criminal daquela Corte se manifeste expressamente quanto ao pedido do agravante feito em *habeas corpus*, lá impetrado, sobre não ter o Magistrado de primeiro grau analisado as alegações feitas em complementação à resposta à acusação.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator